

O empenho colocado pela instituição editora no aparato gráfico deste livro, as belas fotografias monumentais ou documentais, da autoria de J. Chapa, que ilustram as suas laudas, fazem justiça a um texto historiográfico qualificado e, sobretudo, à edição de mais uma preciosa fonte arquivística do rico património que, nesta matéria, as Misericórdias portuguesas construíram e vêm preservando desde há quinhentos anos e que, hoje em dia, procuram valorizar, impulsionando o seu estudo e publicitação por parte de especialistas devidamente habilitados para tal efeito, o que não pode deixar de merecer, naturalmente, o mais vivo encómio.

*Saul António Gomes*

SEMINÁRIO INTERNACIONAL TAROUCA E CISTER: ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER, 1, Tarouca, 2002 – *Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder: actas*. Tarouca: Câmara Municipal, 2004. 421 p.

Os estudos cistercienses ganharam, em Portugal, nos últimos anos, um renovado interesse, dinamizado em grande parte pelo grandioso património monumental que as comunidades religiosas nos legaram e por um conjunto apreciável de testemunhos escritos, marcas da sua presença, mas também do intenso diálogo que os monges estabeleceram com as populações vizinhas. A Ordem de Cister que se estabeleceu em Portugal, ainda na primeira metade do século XII, constitui uma das principais fontes para a compreensão do mundo religioso e de toda a sociedade medieval.

A actividade dos monges contribuiu para a introdução dos costumes de Claraval e a afirmação de uma reforma religiosa que decorria em todo o Ocidente cristão e que se propunha garantir a rigorosa observância da Regra beneditina. Precisamente nesse sentido, alargou os horizontes da vivência conventual valorizando o trabalho manual, em clara oposição aos costumes cluniacenses que privilegiavam o culto, tornando-se desta forma o garante de uma actividade agrícola que contribuiu, em larga medida, para o desbravamento e colonização de vastos territórios em toda a Europa. Com uma actividade variada e pródiga em realizações, os Monges Brancos, rezavam por si e pelos seus familiares e amigos, cultivavam o solo e nos *scriptoria*, aplicavam e desenvolviam os conhecimentos que os tornaram monges-agrónomos e grandes eruditos, senhores de excelentes livrarias, com exemplares únicos.

Este seminário, o 1º realizado em Tarouca, tem precisamente o mérito de apresentar estas múltiplas abordagens que, nalguns casos, já não constituem novidade, mas que ganham relevo pela necessidade de síntese que importa realizar, sobre estas matérias. As várias comunicações que se debruçam sobre a presença da Ordem de Cister em Portugal e o seu património, articulam-se em torno de três eixos/problemáticas fundamentais: o património edificado, a arqueologia e a história de arte; a história económica e social; a história cultural e religiosa.

O estudo das formas artísticas é sempre muito importante, quando contextualizado no espaço e no tempo, pois revela o sentido estético e as preocupações de uma determinada sociedade. No caso vertente, os diversos contributos aliam ao cuidado de divulgar os novos estudos e intervenções realizados nesta área, o respeito pela herança cultural deixada pelos monges bernardos.

Com base na investigação realizada para a sua dissertação de mestrado, Ana Pagará expõe os dados mais relevantes sobre a construção da Igreja de São João de Tarouca e a sua

inserção no espírito de Cister. O espaço articula-se de forma a preservar a presença do sagrado e organiza-se de acordo com uma visão do mundo, tendo como centro Cristo, o Homem novo, modelo de todo o crente. O estudo do património arquitectónico da quinta do Granjão, recorrendo-se, para as lacunas documentais, a uma frutífera comparação com o mesmo tipo de unidade de exploração – algumas já estudadas – em Alcobaça, é o objecto e fio condutor de Maria do Céu Terena.

A decoração retabular de Tarouca e Salzedas, bem como o programa iconográfico de dois mosteiros femininos: Arouca e Lorvão, no século XVIII, introduzem-nos na problemática de uma outra forma de expressão artística que revela os gostos e as opções de artistas e mecenas. Nestas comunicações de Dalila Rodrigues e Nelson Correia Borges, respectivamente, mostra-se o valor das pinturas que são analisadas “porque é na sua existência, e não em qualquer informação escrita, que se fundam uma série de entendimentos de natureza histórica, artística e estética, com um alcance historiográfico muito significativo” (Rodrigues, p. 109)

A nível arqueológico, Ana Sampaio e Castro e Luís Sebastian apresentam os dados fornecidos – ainda um estudo preliminar – pela intervenção feita em Tarouca, entre os anos 1998-2002 (esta tem o seu fim previsto para 2006), que revela um rico espólio cerâmico, sumariamente descrito pelos dois arqueólogos. A partir do estudo de inscrições e outros achados arqueológicos, João Inês Vaz esclarece alguns marcas da presença de vários povos que, durante o domínio romano, habitavam na margem esquerda do Douro, no local onde séculos depois se instalam os monges brancos.

Tendo em conta uma temática mais específica, como é a recuperação do património edificado, Paulo Pereira sumaria as intervenções realizadas pelo IPPAR, não apenas em Tarouca, mas no conjunto do “Património de Cister”, e os problemas por estas levantados numa sociedade que se quer “*de conservação* mas não de conservadores, em que o projecto da nossa contemporaneidade *passará pela manutenção e não pela construção*” (p. 412). Lino Tavares Dias e Mário Carneiro exemplificam, de forma clara e reflectida, a aplicação do *III Quadro comunitário de Apoio* à recuperação e valorização do património, na Região Norte, em que se incluem os conjuntos monásticos cistercienses. Os critérios que presidem aos investimentos e um “itinerário cronológico” das intervenções revelam um projecto de gestão integrada do património e uma valorização identitária do mesmo. Ainda neste âmbito, Victor Mestre realça o papel destes conjuntos patrimoniais como lugares de fruição cultural e de recriação da vida social. José Ribeiro Dias, demonstra o interesse que desperta nos visitantes o cenóbio tarouquense, continuando assim, na actualidade, a exercer “a sua acção profundamente pedagógica” (p. 136).

O desempenho económico e social dos monges-agrónomos é salientado em duas comunicações, uma de José Marques, sobre o património e as rendas do cenóbio de Fiães, nos finais do século XVIII e outra de Iria Gonçalves que se debruça sobre a paisagem rural ocupada e transformada pelos monges de Alcobaça, ao longo dos séculos XIV e XV. De um e de outro trabalho, minuciosos e esclarecedores, emergem a acção colonizadora dos cistercienses e a forma particular como se articulam as necessidades das populações com as respostas dadas por estas comunidades, na organização e gestão do espaço.

A vertente cultural afirma-se, nestes mosteiros, como um importante vector da actividade conventual, uma vez que, nos *scriptoria*, os monges consideram a escrita uma “obra de Deus”. A Palavra criadora de Deus, consignada nos textos sagrados, é sucessivamente copiada, servindo de alimento espiritual a todos os que a buscam. Assim, a *sacra pagina* serve de fundamento a tantas outras obras de teor litúrgico, moral, filosófico ou até memorialista, como é o caso do códice (Alc. 92) apresentado (nas suas várias peças) por João Soalheiro que dele publica

a «memória» da fundação do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Nesta comunicação, o autor aproveita para “revisitar” as origens do cenóbio e as da própria nacionalidade e colige outros testemunhos das mesmas origens consignados na IV<sup>a</sup> Crónica Breve de Santa Cruz e no Alcobacense 415 (que também transcreve em apêndice).

O papel do livro, a sua execução e encomenda denunciam a importância da comunidade como afirma Aires Nascimento “a fundação de um mosteiro cisterciense não pode fazer-se sem que estejam assegurados os livros necessários para o ofício e para o desenvolvimento da vida comunitária” (p. 23). Muitas destas obras, realizadas para responder a encomendas vindas do exterior, revelam, por isso, o mosteiro como centro de produção cultural ao serviço de uma sociedade mais vasta. Embora não se conheça muito sobre as condições e os códices produzidos em Tarouca, a situação deveria ser semelhante à de outros cenóbios portugueses. Sabe-se, no entanto que, em 1145, os monges tarouquenses recebem uma terra como pagamento por uma cópia da Bíblia executada para o prior da igreja de São Sebastião de Lamego.

As visitas fazem parte de uma organização, em que o fenómeno das filiações conduz a uma interdependência entre as casas da Ordem. No sentido de estreitar os laços entre as várias casas monásticas e aproveitar para reformar e melhorar a observância dos costumes, os visitantes, sempre que possível interferem na organização interna dos cenóbios, pois “a partir das faltas e dos desvios encontrados e animados por uma vontade forte de reforma, era desse modo que procuravam apontar o caminho do céu aos seus irmãos de fé e de regra”(Marques, p. 246). Os documentos que exibem os resultados destas visitas são pois preciosos elementos para o conhecimento da vida não só económica, mas ainda religiosa e quotidiana das comunidades. É este estudo que Damián Yañez Neira realiza na sua comunicação, analisando, de forma pormenorizada, a “Peregrinatio Hispanica” de Claude de Bronseval. Maria Alegria Marques oferece uma visão global das várias visitas, realizadas aos mosteiros da Beira, na centúria de quinhentos, publicando uma das fontes, inserta no Alcobacense 92.

O papel de São Bernardo como fundador da Ordem de Cister (e o tratamento da sua figura), ao longo da história é delineado por Pedro Barbosa, que o trata como figura ímpar da história do cristianismo e da formação da Europa. Geraldo Coelho Dias realça a marca de São Bernardo na espiritualidade e cultura da época através dos seus escritos e da constante militância religiosa e política.

António Balcão Vicente, por seu lado, procura descrever o espaço monástico, centro da vida dos que servem a Deus no mundo, com “uma função iniciática de reflectir uma determinada visão do mundo, um sistema de valores que tudo organiza e modela”. Importa, no entanto, saber discernir, de forma clara, a concepção que preside à construção e implantação dos cenóbios, tendo para isso em conta as características da envolvente e as “regras” dos processos e opções construtivas.

Muitos trabalhos têm sido realizados neste âmbito, por investigadores, historiadores, arqueólogos e arquitectos, pois a riqueza do património cisterciense aliada à forma única como os monges organizaram o espaço, são as fontes do seu poder e da marca que deixaram na história portuguesa. Importa pois dar um novo alcance a este labor e, como afirma João Luís da Inês Vaz, membro da Comissão organizadora deste seminário: “É fundamental que a par do trabalho que está a ser desenvolvido se vá mostrando a História de Cister. (...) É essencial que um verdadeiro Centro da Investigação da Ordem de Cister surja em Tarouca” (p. 9).

*Maria Filomena Andrade*